

ACUMULADO ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS
EM IFRS



BANESTES
crescemos juntos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 3º TRIMESTRE DE 2023

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2023, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. CONTEXTO ECONÔMICO

O cenário internacional se mostra desafiador. Conflitos armados e tensões entre países se alastram pelos continentes mundo afora a ponto de desencadear uma nova ordem mundial não mais centralizada nos países desenvolvidos do ocidente. A elevação das taxas de juros do *Federal Reserve* (FED) e do Banco Central Europeu (BCE) para patamares não vistos desde 2008 dificultam a alavancagem da economia mundial já prejudicada pelas sanções impostas àqueles que estão em guerra. Os juros do FED cresceram 22,0% em 2023, atingindo a magnitude de 5,5%, ao mesmo tempo em que o BCE aumentou em 100,0% os juros observados no fim de 2022, alcançado 3,9% de média em setembro deste ano. Mesmo com a expectativa de que os ciclos de alta chegaram ao fim, esse quadro não deve se modificar até meados de 2024.

O Brasil parece se beneficiar, em certo ponto, desse cenário de crise com o aproveitamento de boas oportunidades. As exportações são recordes, muito em função das vendas de commodities para China, enquanto as importações caíram em torno de 10,0% em 2023. Nem a depreciação de 7,5% do dólar frente ao real nos últimos meses foi capaz de frear as exportações brasileiras. A economia doméstica parece estar nos trilhos. A taxa de desocupação do segundo semestre no país é a menor desde 2014 para o período, e o PIB brasileiro mantém a taxa de crescimento em patamares próximos aos 3,0%. Esses dados são indicativos de que é possível manter a trajetória sustentável de crescimento da renda mesmo com turbulências na economia mundial.

O Banco Central mantém o controle inflacionário, com o IPCA atual dentro das bandas da meta e com projeção de encerramento do ano com o índice em 4,9%. O esperado para 2024 é de 3,9%, que permite ao BCB realizar um ciclo de baixa nas taxas de juros, mesmo com o aperto monetário dos países desenvolvidos. O “calcanhar de Aquiles” da economia brasileira vem do setor público, cujos déficits primários vêm se acumulando a ponto da União contingenciar recursos de ministérios importantes, como da Educação e da Saúde. A descrença dos agentes econômicos na capacidade do governo de zerar esse déficit até o fim de 2024 é significativa, o que pode comprometer a estabilidade monetária alcançada em 2023.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Com mais um trimestre de bons resultados, o BANESTES vem se consolidando como uma instituição cada vez mais forte e certa de seu papel junto a sociedade capixaba. O compromisso com a sustentabilidade empresarial segue sendo uma diretriz concreta do banco, forjada em bases indispensáveis ao mercado bancário, como: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Buscando cumprir sua função econômica e social, o BANESTES levanta sua bandeira “Crescemos juntos” apoiando os clientes e a sociedade como um todo, com a oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido atingiu R\$ 88 milhões (+23,1% em 12 meses e -28,8% em 3 meses) nesse terceiro trimestre, correspondendo a R\$ 0,28 por ação e no acumulado do ano somou R\$ 256 milhões (-2,8% em 12 meses). O faturamento¹ expandiu 4,4% com relação ao terceiro trimestre de 2022 e 6,8% contra o

trimestre anterior, somando R\$ 1,5 bilhão, função direta da elevação das receitas com empréstimos e recebíveis (+20,7% em 12 meses e +7,6% em 3 meses) e da estabilidade das receitas ligadas a Tesouraria (-0,2% em 12 meses e +7,7% em 3 meses). No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 4,2 bilhões avanço de 9,3% contra o mesmo período do ano anterior, decorrente do aumento das receitas de tesouraria (+7,3% em 12 meses) principalmente ligados aos títulos de investimentos; do crescimento das receitas com empréstimos e recebíveis (+25,8% em 12 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+22,8% em 12 meses) e do maior resultado de seguros e previdência (+42,2% em 12 meses). As despesas financeiras no trimestre somaram R\$ 978 milhões (-1,7% em 12 meses e +9,7% em 3 meses) com destaque para a volatilidade dos custos com instituições financeiras (-4,2% em 12 meses e +12,1% em 3 meses) mesmo sob viés da queda da taxa de juros; no acumulado do ano essas despesas cresceram 7,7% em doze meses puxados pelo aumento de custos com depósitos de clientes (+13,8% em 12 meses). O *impairment* no trimestre atingiu R\$ 73 milhões (+31,5% em 12 meses e +101,2% em 3 meses) consoante com o patamar da inadimplência no período, e aliado a dinâmica e ações de reestruturação de ativos adotada. No acumulado do ano, o *impairment* aumentou 86,9% contra o mesmo período de 2022. Outros itens que impactaram o resultado do trimestre foram: i) a queda do resultado com serviços e comissões (-33,1% em 12 meses e -10,5% em 3 meses); ii) menor custo com constituições de provisões de contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e outras (-33,6% em 12 meses e -46,4% em 3 meses; e iii) aumento dos custos administrativos com pessoal (+9,1% em 12 meses e +1,8% em 3 meses) e com outras despesas administrativas (+11,9% em 12 meses e +1,7% em 3 meses), ambos sob efeitos e impactos da inflação e do crescimento da operação bancária. Em suma, a eficiência operacional³ no trimestre foi de 44,0% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 52,3%. No acumulado do ano, os índices de eficiência atingiram respectivamente 45,2% e 55,0%;

- ✓ O patrimônio líquido registrado no terceiro trimestre de 2023 foi de R\$ 2,1 bilhões, 7,6% superior ao mesmo período de 2022 e 5,7% maior que a posição do quarto trimestre de 2022. O índice de Basileia alcançou 15,3% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado (ROE)⁵ foi de 16,7% e o retorno sobre o ativo anualizado (ROA)⁶ foi de 0,8%. A reserva de lucro (R\$ 441 milhões) avançou 39,3% na comparação com o terceiro trimestre de 2022 e 9,2% contra o quarto trimestre de 2022, decorrente da incorporação de resultados do período. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 21 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 95 milhões, representando a distribuição de 37,1% do lucro líquido acumulado no ano;
- ✓ Os ativos no terceiro trimestre de 2023 atingiram R\$ 41,7 bilhões, crescentes 7,0% contra o mesmo período de 2022 e 13,5% contra o quarto trimestre de 2022. Houve avanço da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (+76,2% em 12 meses e +19,0% no ano), em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados. Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da companhia atingiram R\$ 3,2 bilhões (-49,0% em 12 meses e -28,3% no ano). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte avanço (+22,6% em 12 meses e +15,1% no ano), reflexos das safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada ainda que lenta da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. O BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade às garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de setembro de 2023 e setembro de 2022.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de setembro de 2023 e setembro de 2022.

- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 9,2 bilhões crescentes 22,8% contra o terceiro trimestre de 2022 e 15,8% contra o quarto trimestre de 2022. O segmento pessoa física totalizou R\$ 6,3 bilhões (+31,9% em 12 meses e +22,7% no ano); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 2,9 bilhões (+6,7% em 12 meses e +3,2% no ano). Da carteira de clientes corporativos, 69,8% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 30,2% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades: crédito imobiliário (+68,0% em 12 meses e +48,0% no ano), crédito pessoal (+16,7% em 12 meses e +12,5% no ano), crédito rural (+61,6% em 12 meses e +21,6% no ano) e cartões (+25,0% em 12 meses e +13,2% no ano). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 12,4 bilhões (+11,5% em 12 meses e +5,5% no ano). O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 481 milhões (+25,8% em 12 meses e +29,5% no ano), puxado pelo crédito comercial, crédito pessoal e cartões;
- ✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,3% e no conceito ampliado em 1,7%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foi de 1,8% enquanto, no segmento corporativo atingiu o patamar de 3,7%. Em suma, a inadimplência geral subiu 0,4 p.p. contra o mesmo trimestre de 2022; com estabilidade para pessoa física e elevação para pessoa jurídica (+1,4 p.p.). A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou em setembro de 2023 da seguinte forma: 72,2% classificadas nos níveis de risco AA e A, 22,2% entre os níveis de risco B e C, 3,3% entre D e G e 2,3% no nível de risco H. O resultado com perdas com *impairment* de ativos financeiros foi de R\$ 73 milhões nesse terceiro trimestre, e no acumulado do ano somou R\$ 234 milhões, motivados por eventos específicos nos segmentos de transporte coletivo, de vigilância e segurança, de diagnóstico clínico laboratorial e de fertilizantes. Consoante com sua estratégia e atento a esse cenário, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,5 bilhões no trimestre, crescentes 7,1% contra o mesmo período de 2022 e 11,6% contra o quarto trimestre de 2022. Os recursos de depósitos a prazo avançaram no período (+11,4% em 12 meses e +17,7% no ano), enquanto, os recursos de depósitos à vista e de poupança retraíram, respectivamente -15,9% e -0,9% comparado ao mesmo trimestre de 2022 e -16,3% e -0,2% contra a posição de dezembro de 2022. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 621 milhões avançando 73,4% e 48,8%, respectivamente nas mesmas comparações. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 14,7 bilhões, elevações de 4,3% em doze meses e 17,0% no ano, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 972 mil contas correntes (-0,5% em 12 meses) e 644 mil contas de poupança (+1,6% em 12 meses), relacionando-se com 1.362 mil clientes (+0,5% em 12 meses), a sua maioria, 1.285 mil foram pessoas físicas (+0,3% em 12 meses) e 77 mil pessoas jurídicas (+4,2% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 6,3 bilhões com expressivas retrações de 23,7% em doze meses e 20,2% no ano, decorrente da estratégia de migração de recursos adotada pelo Banco no início desse ano;
- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 203 milhões, aumentando 10,2% contra o mesmo período de 2022 e 1,8% contra o trimestre anterior, decorrente dos impactos e efeitos da inflação e demandas de expansão dos negócios bancários da instituição. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 594 milhões (+8,2% em 12 meses), impactados por custos com a atividade bancária em publicidade e propaganda comercial (+47,6% em 12 meses), serviços técnicos especializados (+18,5% em 12 meses) e processamento de dados (+17,1% em 12 meses). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 40,3%, enquanto que, no acumulado do ano registrou 41,9%;
- ✓ O resultado de serviços e comissões no trimestre registrou 38 milhões, quedas de 33,1% contra o terceiro trimestre de 2022 e 10,5% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 82 milhões (-9,4% em 12 meses e -0,6% em 3 meses) motivado pelas reduções de receitas com administração, gestão e distribuição de fundos (-54,6% em 12 meses e -6,8% em 3 meses) e com

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FIDCs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

⁸ Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

cartões de crédito/débito (-22,3% em 12 meses e +1,0% em 3 meses); aliado ao aumento das despesas com serviços (+32,5% em 12 meses e +10,2% em 3 meses) decorrentes dos custos da operação com cartões (+28,7% em 12 meses e +6,4% em 3 meses), com comercialização de seguros e previdência (+29,7% em 12 meses e -8,2% em 3 meses) e com corretagem de seguros (+29,6% em 12 meses e -8,3% em 3 meses). No acumulado do ano o resultado de serviços e comissões atingiu R\$ 128 milhões (-27,4% em 12 meses), influência direta dos fatores acima citados. Os canais digitais (*Internet Banking e APP BANESTES*) foram responsáveis por 42 milhões de transações financeiras (+23,5% em 12 meses) até o terceiro trimestre de 2023;

- ✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no terceiro trimestre de 2023 chegou a R\$ 103 milhões. Desse montante, R\$ 81 milhões (+16,1% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 22 milhões (+9,2% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos. No acumulado do ano o total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais atingiu R\$ 261 milhões; e
- ✓ A agência de classificação de risco, Fitch Rating, elevou a nota de rating do BANESTES que antes era AA-(bra) para AA+(bra) com perspectiva estável, caracterizando a solidez da empresa. Em suma, denota-se uma visão positiva frente a estrutura de governança corporativa e ao sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES desenvolve em sua cultura organizacional os conceitos de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês), incorporando visões conectadas com os anseios de todos os *stakeholders*. A sustentabilidade está incorporada na nossa estratégia, que tem por premissas a geração de valor, a transparência, a governança corporativa e a responsabilidade social, ambiental e climática. Somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com participação de empresas e organizações de 160 países. O Pacto Global visa alinhar as estratégias e as operações das empresas a Dez Princípios Universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção, de modo que elas desenvolvam ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade. A participação do BANESTES reafirma esse compromisso de ser referência em práticas ESG, e evidencia seus esforços para o alcance da excelência desejada na adoção e na promoção de ações sustentáveis.

Em relação à gestão de Gente, em 2023 foi instituída a Escola de Lideranças do SFB, realizando formações de líderes de equipe de acordo com os pilares da liderança de alta performance. Nesse trimestre, foram três turmas do Programa Líder de Alta Performance, com um total de 49 participantes, trabalhando questões como: autogestão, delegação, *feedback* ágil, avaliação da performance e plano de desenvolvimento individual e outras ferramentas de gestão de pessoas.

Ressalta-se também a capacitação em saúde emocional, com a finalidade de auxiliar os líderes a lidar com os principais desafios relacionados à saúde mental dos seus liderados e com a própria saúde mental, que alcançou 123 lideranças. Isso demonstra a constante preocupação da Instituição junto a cada colaborador, o que está alinhado a sua cultura organizacional “Crescemos Juntos”.

Em conformidade com o Código de Certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), mantivemos cursos de atualização e de novas certificações para o público elegível e desejável, visando proporcionar o aperfeiçoamento dos nossos profissionais. Atualmente, possuímos 927 empregados certificados, sendo 603 certificados na CPA-10, 425 na CPA-20, 60 na CEA, 16 na CFG, 14 na CGA e 14 na CGE.

No BanesHub, local onde são impulsionadas as iniciativas relativas à inovação do SFB, seguimos com a implantação do sistema de tramitação de processos eletrônicos, desenvolvido e disponibilizado pelo Governo do Estado do ES, por meio do Prodest, avançando de forma gradual em áreas estratégicas. Estamos realizando uma prova de conceito, em parceria com uma startup capixaba, de uma solução de

inteligência artificial generativa, de forma a conhecermos os benefícios, aplicabilidade e uso desse tipo de ferramenta para posterior contratação definitiva. Iniciamos estudos de viabilidade e projeto conceitual para armazenamento, digitalização e assinaturas eletrônicas de documentos, de forma a modernizar nossos processos, principalmente no que tange a melhoria na experiência do cliente. Além disso, estão em andamento estudos, testes e elaboração de proposta de governança para a atual ferramenta de *low-code*, já existente em nosso contrato Google Workspace, a fim de disseminarmos a utilização dessa plataforma de forma corporativa, permitindo assim maior agilidade e flexibilidade para as áreas de negócio desenvolverem suas próprias aplicações menos complexas. No contexto de inovação aberta, temos a participação no Programa de Empreendedorismo Industrial, de iniciativa do FindesLab, em que seguimos com uma *startup* selecionada que conduzirá o desafio proposto para viabilização de solução em *Blockchain*.

Em adição, as frentes de inovação focadas em inteligência de dados atuam na extração de informações a partir do relacionamento com o cliente. Desse modo, auxiliam tanto na personalização do atendimento, quanto no processo de tomada de decisão. Essas ações reforçam a conexão do BANESTES com o movimento de inovação, viabilizando o aperfeiçoamento das soluções existentes e o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Consoante a tudo isso, o BANESTES continua caminhando rumo à expansão de serviços digitais que melhorem a experiência do cliente, facilitando o seu dia a dia e aumentando as possibilidades de acesso aos serviços bancários sem a presença física junto ao banco, o que, nos dias atuais, otimizam tempo do cliente e da Instituição, além de alcançar redução das despesas operacionais.

Os investimentos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação alcançaram o marco de R\$ 68 milhões no acumulado até setembro. Isso demonstra um investimento, somente nesse trimestre, no valor de R\$ 16 milhões, o que proporciona melhorias nos serviços bancários, com a modernização dos sistemas de informação, da infraestrutura de comunicação, da segurança da informação e da rede autoatendimento, sendo todos esses serviços imprescindíveis e de grande importância para todo o SFB, acelerando sua transformação digital.

Destaca-se a entrega do novo aplicativo BANESTES, que, por meio de evolução tecnológica entrega uma nova experiência para os clientes, o que viabilizou um alcance de avaliação com nota 4,6 na loja de aplicativos *Google Play*. Junto desse olhar da transformação digital, as transações totais, que incluem consultas de informações como extrato, no aplicativo BANESTES somaram mais de 169 milhões de transações até o terceiro trimestre de 2023, um crescimento de 11,8% quando comparado com o período correspondente em 2022. Analisando as transações totais, o aplicativo BANESTES continua sendo o principal canal de transações para os clientes. Os canais digitais (*Internet Banking* e aplicativo BANESTES) foram responsáveis por 42 milhões de transações financeiras até o terceiro trimestre de 2023, crescimento de 23,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Apesar da busca pela digitalização, o BANESTES não desvia do atendimento próximo e de forma presencial sempre que o cliente sentir essa necessidade, isso fica claro em seu slogan “Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar”. Isso pode ser observado com o aumento da sua rede de atendimento física ao longo do tempo. Nesse terceiro trimestre, o BANESTES consolidou essa marca, com a abertura de mais 8 correspondentes BANESFÁCIL, totalizando agora 824 postos de atendimento, compostos por 151 unidades de atendimento (entre agências e postos), 294 postos de atendimento eletrônico e 379 correspondentes.

Os cartões BANESTES evoluíram significativamente no período, destaca-se o faturamento recorde, muito atrelado ao sucesso que o cartão Banescard Visa vem alcançando desde seu lançamento. O faturamento acumulado de janeiro a setembro deste ano foi de R\$ 3,7 bilhões, ou seja, um crescimento de 20,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Com o lançamento do novo aplicativo BANESTES foram disponibilizadas novas funções para melhor gerenciamento do cartão Banescard Visa, como a consulta de transações feitas no cartão, a viabilidade de alteração da data de vencimento da fatura, o acesso ao programa de fidelidade, a realização de um bloqueio temporário do cartão, além de uma opção para habilitação/deshabilitação do cartão para compras internacionais e a adesão ao débito automático da fatura do cartão. Todas essas novas funções trazem mais praticidade para o dia a dia do nosso cliente, assim como uma maior segurança.

O BANESTES, por meio de seu programa de fidelidade, firmou uma parceria com uma das principais empresas de recompensas do Brasil, a Livel, o que aumenta e reforça os inúmeros benefícios dos nossos cartões para os clientes. A Livel apresenta uma carteira de 40 milhões de clientes e centenas de empresas parceiras para acúmulo de pontos com compras *online* e resgate de produtos, serviços e viagens.

Continuamos apoiando as micro e pequenas empresas do Espírito Santo, concedendo, até o terceiro trimestre de 2023, mais de R\$ 49 milhões em Microcrédito, sendo que, aproximadamente, R\$ 29 milhões (57,0%) deste montante foram destinados especificamente às mulheres empreendedoras capixabas por meio das linhas “Microcrédito JUNTAS”. Em setembro de 2023, a carteira ativa de microcrédito fechou em R\$ 102 milhões. É importante ressaltar que, recentemente, foi aprovada a Lei 11.830/2023, que instituiu o Fundo de Aval Garantir-ES. Essa iniciativa é uma resposta direta a uma das principais dificuldades enfrentadas no âmbito do Microcrédito: a falta de avalistas. Com a criação do fundo, será possível fornecer garantias aos empreendedores, possibilitando o acesso ao microcrédito, mesmo na ausência de garantias tradicionais, o fundo de aval está em fase de regulamentação com previsão de início em 2024. Em setembro, o Programa Nossocrédito completou 20 anos de existência. Ao longo de duas décadas, o programa tem demonstrado sua importância e solidez, fornecendo suporte financeiro crucial para as micro e pequenas empresas no Espírito Santo. Essa marca é um testemunho do compromisso contínuo em promover o desenvolvimento econômico e social da nossa região.

Foi lançado em 2023 o Programa de Financiamento CrescerCidadES que tem por objetivo realizar a concessão de crédito aos municípios capixabas com excelentes condições de taxa, prazos e garantias. Por meio dessa linha os municípios poderão contar com o apoio do BANESTES no financiamento dos seus projetos de infraestrutura, sendo vedada a aplicação dos recursos oriundos do financiamento nas despesas correntes dos municípios. Junto a isso, o Banco continua oferecendo o crédito proposto pelo governo federal, por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), com o objetivo de desenvolver essas empresas de forma permanente, buscando assim, consolidar os pequenos negócios. Com o PRONAMPE, o valor emprestado neste terceiro trimestre alcançou mais de R\$ 38 milhões, acarretando em um acumulado anual de R\$ 102 milhões.

Trazendo impacto social para os municípios e para o estado do Espírito Santo, o BANESTES pagou, apenas no terceiro trimestre de 2023, um montante de R\$ 44 milhões em programas sociais, sendo aproximadamente 75,7% referentes aos benefícios estaduais e os outros 24,3% de benefícios municipais. No acumulado do ano de 2023 foi pago mais de R\$ 90 milhões em benefícios do governo do Estado e R\$ 19 milhões de prefeituras. A operacionalização desses pagamentos demonstra a constante busca da Instituição em atingir sua função social estabelecida. Também nesse terceiro trimestre o BANESTES investiu em 46 projetos, tanto por investimento direto quanto em patrocínios por meio da Lei Rouanet. Na área cultural, patrocinamos o Festival de Inverno de Domingos Martins, Festival de Cinema de Vitória e Festival de Jazz de Vitória. Com relação aos investimentos de negócios, destaca-se o patrocínio a Vitória *Stone Fair* – Feira de Mármore de Cachoeiro de Itapemirim, Acaps *Trade Show* e Seminário do Instituto de Previdência de Linhares. Enquanto isso, no âmbito social e sustentável, tivemos o patrocínio para o Pedalaço pela Paz, tradicional evento esportivo pela paz e beneficência, ratificando simbolicamente o compromisso de mudança nos índices de violência no Espírito Santo e ressaltando o compromisso de melhoria e bem estar à sociedade capixaba. Além disso, atuou com investimentos na área esportiva, por meio do patrocínio ao Campeonato Brasileiro de Karatê.

No acumulado até setembro de 2023, destinamos R\$ 88 milhões ao acionista controlador (Estado do Espírito Santo) sob a forma de juros sobre capital próprio, esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

Entendendo a gestão de riscos como uma ferramenta imprescindível para a perpetuidade da Instituição, o BANESTES busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar riscos intrínsecos às atividades bancárias. O objetivo dessas ações é, principalmente, otimizar o capital dos acionistas com a melhor relação risco/retorno. A gestão de riscos e controles internos é acompanhado por uma diretoria específica, subordinada diretamente ao diretor presidente com intuito de promover a gestão da

continuidade dos negócios, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FT), da segurança cibernética e da informação.

O Diretor de Riscos e Controle é indicado como responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (CRO - *Chief Risk Officer*) de forma a atender à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557. O BANESTES também possui um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração sobre os níveis de apetite por riscos das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados. Além disso, existe a prática institucional da disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na *intranet* para formação e conscientização dos seus colaboradores.

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

Assegurando transparência ao mercado e ao público em geral, encontra-se disponível, no site do BANESTES, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri), o “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3”.

O Programa de Proteção de Dados encontra-se em execução e segue empenhado em adotar as medidas e boas práticas para conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 (LGPD) com medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra uso não autorizado, com a implementação de programa de governança em privacidade de acordo com as regras de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento e procedimentos, entre outras tratativas. Além disso, o BANESTES mantém ativo um canal oficial para assuntos relacionados a LGPD: protecaodedados@banestes.com.br.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

No acumulado até setembro de 2023, a BANESTES Seguros atingiu o marco de R\$ 29 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 25,4% e sendo responsável por 10,3% do resultado consolidado do SFB. Isso está relacionado a sua constante busca por inovação na criação de produtos e fechamento de importantes parcerias. O crescimento em produtividade com prêmio ganho foi de 40,5%, sendo as carteiras com resultados destaque a de automóvel, com incremento de 74,4%, e a de vida, com incremento de 17,0%, os dois comparados ao terceiro trimestre de 2022. A BANESTES Seguros é uma das 50 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o ranking anual Valor 1000, na edição de 2022 do jornal Valor Econômico e pelo anuário Finanças Mais – edição 2022, do jornal “O Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência. No mercado capixaba, a Seguradora é líder e tem seus produtos comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com cerca de 400 corretoras de seguro do Estado. A empresa segue sempre em busca de oferecer o melhor atendimento, a proteção completa e eficiente de seus segurados e, por isso, investe em inovação e gestão de projetos sustentados por iniciativas de infraestrutura e governança em Tecnologia da Informação. Assim, a seguradora reconhece talentos, investe no desenvolvimento de sua liderança interna, incentiva mudanças em sua cultura organizacional e busca a constante redução de suas despesas administrativas.

A BANESTES Corretora é responsável pela administração e corretagem de seguros dos diversos ramos e pela intermediação de títulos de capitalização, plano odontológico, planos de previdência privada e consórcio. Busca sempre estabelecer parcerias no mercado de seguros, buscando abrir seu leque de possibilidades dentro do mercado competitivo. No terceiro trimestre de 2023, junto à BANESTES Seguros, houve a emissão do volume de prêmios de R\$ 2,6 milhões para seguro de automóvel, R\$ 1,4 milhão para seguros residenciais, R\$ 720 mil nos seguros empresariais e R\$ 2,5 milhões para acidentes pessoais, destacando um aumento de 15,8% no mercado de seguro de automóvel quando comparado ao ano anterior. No ramo dos seguros de vida, a marca alcançada foi de R\$ 11 milhões, marcando um crescimento superior a 14,0% comparado ao mesmo período do ano de 2022. Em parceria com a ICATU, obteve-se uma venda de R\$ 4,2 milhões em títulos de capitalização, enquanto ocorre um volume de vendas de previdência de R\$ 470 mil para planos com pagamentos mensais e R\$ 66 milhões em aportes e portabilidades, marcando um aumento no volume de aportes e portabilidades realizadas desde o ano passado, alcançando um crescimento para a carteira de previdência superior a 41,0%. A parceria com a administradora de consórcios Embracon, foi fundamental para uma efetivação de vendas no trimestre de R\$ 17 milhões, crescendo em comparação ao ano anterior em 44,8%.

A BANESTES DTVM atua profissionalmente na gestão de ativos e na administração de recursos de terceiros nos mercados de renda fixa ou variável, contando com uma equipe especializada em produtos e serviços diferenciados oferecidos pela empresa aos clientes, sempre com base no seu perfil de investimento. A DTVM propicia investimentos em fundos de renda fixa, fundo incentivado de investimento em infraestrutura, multimercado, de ações e estruturado. Possui, sob o *ticker* "BCRI11", o BANESTES Recebíveis Imobiliários, que é um Fundo de Investimento Imobiliário negociado em bolsa de valores, contando com a confiança de mais de 47 mil cotistas. Com o final do terceiro trimestre, percebeu-se um volume total de recursos de R\$ 6,7 bilhões, tendo um lucro líquido apurado em R\$ 9 milhões, quando se exclui o resultado em controladas e, R\$ 27 milhões quando somado ao resultado de sua controlada BANESTES Corretora. O resultado consolidado representa um crescimento de 15,1% em relação ao resultado do mesmo período de 2022.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao terceiro trimestre de 2023.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/16, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no terceiro trimestre de 2023.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2023	31/12/2022
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.855.607	1.162.790
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	5-7-10	466.144	627.970
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	18.767.283	14.620.626
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		18.767.283	14.620.626
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	19.167.588	19.080.436
Créditos a Instituições Financeiras		3.925.704	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis		8.721.535	7.574.347
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		6.520.349	6.386.906
Operações de Seguros		26.651	18.753
Outros Ativos	13	641.443	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	12	326.982	313.377
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	60.964	61.598
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	163.901	152.302
Ativos Intangíveis	16	208.924	180.261
Total do Ativo		41.685.487	36.738.657

PASSIVO	Notas	30/09/2023	31/12/2022
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	14.710.240	12.573.327
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.524.817	20.180.305
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	621.042	417.257
Passivos de Impostos Correntes		21.277	2.795
Passivos de Operações de Seguros		4.085	3.362
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	10.349	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	48.177	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	2.648	8.902
Provisões	20	174.251	184.624
Outros Passivos	21	1.424.079	1.284.408
Passivos Fiscais Diferidos	12a	37.990	25.667
Patrimônio Líquido			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(833)	(11.033)
Reservas de Lucros		440.558	403.453
Lucros/ Prejuízos Acumulados		66.807	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.106.532	1.992.420
Total do Patrimônio Líquido		2.106.532	1.992.420
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		41.685.487	36.738.657

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Receitas Financeiras		1.356.804	1.298.862	3.846.240	3.460.731
Despesas Financeiras		(977.552)	(994.055)	(2.781.224)	(2.582.243)
Margem Financeira	23	379.252	304.807	1.065.016	878.488
Receitas de Prestação de Serviços		81.577	90.007	248.644	263.688
Despesas de Prestação de Serviços		(43.130)	(32.561)	(120.267)	(86.863)
Resultado de Prestação de Serviços	24	38.447	57.446	128.377	176.825
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através do Resultado	25	93	(10)	(616)	(153)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes	26	-	-	-	46.919
Resultado de Seguros e Previdência	27	38.579	25.396	113.789	80.029
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	-	14	62	67
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	(73.395)	(55.833)	(234.492)	(125.486)
Despesa de Pessoal	30	(120.277)	(110.286)	(353.755)	(330.862)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		4.600	4.536	12.678	9.755
Provisões	31	(9.473)	(14.274)	(25.260)	(40.033)
Despesas Tributárias	32	(27.802)	(25.372)	(81.955)	(75.599)
Outras Despesas Administrativas	33	(82.244)	(73.466)	(239.859)	(217.757)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	(12.444)	(8.116)	(23.557)	(3.557)
Resultado Antes dos Impostos		135.150	104.842	360.428	389.636
Impostos Correntes	12	(53.452)	(44.614)	(113.642)	(155.683)
Impostos Diferidos	12	6.090	11.059	9.354	20.526
Lucro Líquido do Período	35	87.788	71.287	256.140	263.479
Resultado do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		87.788	71.287	256.140	263.479
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912	315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006	231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906	84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	35	0,28	0,23	0,81	0,83

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Lucro Líquido do Período		87.788	71.287	256.140	263.479
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
10	10	9.569	10.669	10.200	(602)
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes	10	18.579	18.928	17.552	47.515
Ganho (Perda) Transferido ao Resultado por Alienação		-	1	(9)	(46.919)
Efeito em Impostos	10	(9.010)	(8.260)	(7.343)	(1.198)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		9.569	10.669	10.200	(602)
Resultado Abrangente do Período		97.357	81.956	266.340	262.877
Resultado Abrangente do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		97.357	81.956	266.340	262.877

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.600.000	244.118	(9.239)	-	1.834.879
Transações de Capital com os Sócios	-	(57.339)	-	(82.138)	(139.477)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(57.339)	-	(82.138)	(139.477)
Resultado Abrangente Total	-	-	(602)	263.479	262.877
Lucro Líquido do Período	-	-	-	263.479	263.479
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(602)	-	(602)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(602)	-	(602)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	129.533	-	(129.533)	-
Constituição de Reservas	-	129.553	-	(129.553)	-
Outras Movimentações	-	(20)	-	20	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2022	1.600.000	316.312	(9.841)	51.808	1.958.279

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.600.000	403.453	(11.033)	-	1.992.420
Transações de Capital com os Sócios	-	(57.000)	-	(95.228)	(152.228)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(57.000)	-	(95.228)	(152.228)
Resultado Abrangente Total	-	-	10.200	256.140	266.340
Lucro Líquido do Período	-	-	-	256.140	256.140
Outros Resultados Abrangentes	-	-	10.200	-	10.200
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	10.200	-	10.200
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	94.105	-	(94.105)	-
Constituição de Reservas	-	94.125	-	(94.125)	-
Outras movimentações	-	(20)	-	20	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2023	1.600.000	440.558	(833)	66.807	2.106.532

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	Período	
		30/09/2023	30/09/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades Operacionais		819.523	786.245
Caixa Utilizado nas Operações		(1.563.290)	(698.587)
Lucro Líquido do Período		256.140	263.479
Ajustes ao Lucro		(1.819.430)	(962.066)
Depreciação e Amortização	15-16	59.553	61.405
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		234.492	72.664
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo através do Resultado		(180)	(542)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(1.584.249)	(686.676)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(636.211)	(584.172)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		3.466	2.964
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		25.254	40.112
Ajuste de Provisão - Outras		(25.843)	(2.978)
Despesas de Impostos Correntes		113.642	155.683
Despesas com Impostos Diferidos		(9.354)	(20.526)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		2.382.813	1.484.832
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(88.594)	(982.800)
Crédito a Instituições Financeiras - VJORA		-	(629)
Reservas no Banco Central		(674.667)	(897.491)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(49.279)	5.766
Empréstimos e Recebíveis		(1.380.281)	(1.168.097)
Operações de Seguros		(7.900)	(5.991)
Outros Ativos		(120.591)	(78.811)
Depósitos de Clientes		2.344.512	2.737.498
Recursos de Instituições Financeiras		2.136.913	1.802.880
Títulos de Dívida Emitidos		203.785	133.720
Impostos Pagos		(87.088)	(146.591)
Passivos de Operações de Seguros		723	(2.873)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(3.951)	3.621
Passivos para Sinistros Ocorridos		(3.113)	7.560
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		(6.254)	(67)
Passivo de Arrendamento		(8.158)	(3.380)
Outros Passivos e Provisões		126.756	80.517
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento		(1.932.220)	71.665
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		(3.544.325)	(13.746.421)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		822.912	12.931.831
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(208.685)	(363.189)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		769.485	1.039.200
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(21.655)	(13.915)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	21.853	15.438
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(16.472)	(20.459)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	3.159	3.477
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(60.157)	(32.003)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	31.952	14.910

Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(58.333)	(52.571)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	37	237
Juros Recebidos		328.009	295.130
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(151.227)	(138.477)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(151.227)	(138.477)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.263.924)	719.433
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.466.252	5.560.677
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	3.202.328	6.280.110

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	24
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	26
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	36
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	37
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	38
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	38
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	39
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	42
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	43
13. OUTROS ATIVOS	44
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	45
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	45
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	46
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	46
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	47
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	47
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	47
21. OUTROS PASSIVOS	49
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	49
23. MARGEM FINANCEIRA	50
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	51
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	51
26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	51
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA	52
28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL	52
29. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	52
30. DESPESAS DE PESSOAL	52
31. PROVISÕES	53
32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	53
33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	53
34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	54
35. RESULTADO POR AÇÃO	54
36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54
37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	56
38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	57
39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	57
40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	58
41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	59

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS**Referente ao período findo em 30 de Setembro de 2023**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao período de 09 meses encerrado em 30 de setembro de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de novembro de 2023 (Nota 42).
- b. Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. Base para Consolidação**
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/09/2023	30/09/2022
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100 %
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100 %
Fundo BANESTES VGBL(*)	Fundos	Integral	-	100 %
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%

(*)O Fundo de Investimento BANESTES VGBL Renda Fixa foi encerrado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em 26/12/2022.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2023 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impacto para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro**: requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento), como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para o BANESTES.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros: IFRS 17 - Contratos de Seguros**: a partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substituiu a IFRS 4 – contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial. A seguir, apresentamos as reclassificações e mensurações ocorridas no período inicial de adoção da norma IFRS 17:

Em 01 de janeiro de 2022:

Classificação IFRS 4	Saldo em 31/12/2021 IFRS 4	Reclassificações Remensurações	Saldo em 01/01/2022 IFRS 17
ATIVO			
Operações de Seguros	36.985	(27.773)	9.212
Outros Ativos	463.790	(12.466)	451.324
Ativos fiscais Diferidos	277.143	(1.142)	276.001
TOTAL DO ATIVO	34.050.130	(41.381)	34.008.749
PASSIVO			
Passivos de Operações de Seguros	12.467	(10.464)	2.003
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	86.728	(79.868)	6.860
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	7.697	7.697
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	31.450	31.450
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.408	8.408
Patrimônio Líquido	1.833.483	1.396	1.834.878
TOTAL DO PASSIVO	34.050.130	(41.381)	34.008.749

Em 31 de dezembro de 2022:

Classificação	Saldo em 31/12/2022 IFRS 4	Reclassificação Remensuração	Saldo em 31/12/2022 IFRS 17
ATIVO			
Operações de Seguros	87.875	(69.124)	18.751
Outros Ativos	544.248	(23.704)	520.544
Ativos Fiscais Diferidos	313.538	(161)	313.377
TOTAL DO ATIVO	36.831.644	(92.989)	36.738.655
PASSIVO			
Passivos de Operações de Seguros	15.727	(12.365)	3.362
Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	155.357	(155.357)	-
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-	14.300	14.300
Passivos para Sinistros Ocorridos	-	51.290	51.290
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	-	8.902	8.902
Patrimônio Líquido	1.992.179	241	1.992.420
TOTAL DO PASSIVO	36.831.644	(92.989)	36.738.655

Em 30 de setembro de 2022:

Classificação	Saldo em 30/09/2023 IFRS 4	Reclassificação Remensuração	Saldo em 30/09/2023 IFRS 17
Resultado de Seguros e Previdência	70.958	9.071	80.029
Resultado Antes dos Impostos	389.565	9.071	398.636
Impostos Diferidos	24.144	(3.618)	20.526
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	258.026	5.453	263.479

- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** a falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banestes está atualmente avaliando os impactos que essa alteração terá.

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do BANESTES.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como "Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial".

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como "Receitas Financeiras".

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

• Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os

reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo através de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 21.569 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 33.943 em 31 de dezembro de 2022).

3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade

a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como

“Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2023 e 2022
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de

venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No terceiro trimestre de 2023, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

O SFB emite contratos a clientes contendo riscos de seguro, através da BANESTES Seguros S.A. Um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice.

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – Liability for Remaining Coverage), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos.

Esse critério foi escolhido, uma vez que o portfólio de contratos da Seguradora, é elegível para a utilização da abordagem simplificada, dado que seus contratos têm vigência inferior a um ano (salvo exceções desprezíveis que não afetariam substancialmente o valor do passivo estimado) e que a BANESTES Seguros, espera razoavelmente que tal simplificação produza uma mensuração do passivo para a cobertura remanescente que não difere materialmente, se fosse aplicar a abordagem completa.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora não ajustará o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.

Sob a abordagem simplificada, não é necessário segregar contratos segundo sua classificação de onerosidade, exceto se houver evidências claras para tal na emissão dos contratos. Testes de onerosidade foram performados com base em dados históricos da Banestes Seguros e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – Liability for Incurred Claims) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não

foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

APURAÇÃO DO PASSIVO DE SINISTROS OCORRIDOS (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por dois componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Ajuste para o Risco Não Financeiro.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência).

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - Incurred But Not Paid). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como top-down e bottom-up.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem bottom-up. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem top-down, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem top-down.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem bottom-up tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem top-down seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem bottom-up, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios.

Sob a abordagem simplificada (PAA), não é necessário segregar contratos segundo sua classificação de onerosidade, exceto se houver evidências claras para tal na emissão dos contratos. Foram efetuados testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados grupos de contratos potencialmente onerosos.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de setembro de 2023, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 13 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2022).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Lei n.º 14.183/2021 (conversão da MP 1.034/2021) elevou para 25% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 20% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Lei n.º 14.446/2022 (conversão da MP 1.115/2022) elevou para 21% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 16% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

- PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;
- ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e

- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

• **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

• **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultados do respectivo período.

• **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como "Provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/09/2023	31/12/2022
Alienação Fiduciária	291.749	309.665
Aval/ Fiança/ Caução	38.369	46.479
Cessão/ Consignação	129.823	102.543
Hipoteca/ Penhor	75.497	76.275
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	368	359
Total	535.806	535.321

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do exercício.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/09/2023	31/12/2022
Imóveis	54.614	56.272
Veículos	7.513	6.145
Outros	14	14
Subtotal	62.141	62.431
Provisão p/ Desvalorização	(1.177)	(834)
Valor Líquido	60.964	61.597

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	18.776.409	-	-	18.776.409	14.627.471	-	-	14.627.471
Letras Fin. do Tesouro - LFT	16.993.621	-	-	16.993.621	12.301.015	-	-	12.301.015
Notas Fin. do Tesouro - NTN	197.973	-	-	197.973	401.743	-	-	401.743
Debêntures	1.506.461	-	-	1.506.461	1.612.816	-	-	1.612.816
Letras Financeiras	56.785	-	-	56.785	277.954	-	-	277.954
Cotas de Fundos	21.569	-	-	21.569	33.943	-	-	33.943
Total	18.776.409	-	-	18.776.409	14.627.471	-	-	14.627.471

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	3.927.116	-	-	3.927.116	5.121.199	-	-	5.121.199
Aplicações no mercado aberto	3.007.163	-	-	3.007.163	4.289.237	-	-	4.289.237
Aplicações em depósitos interfinanceiros	919.953	-	-	919.953	831.962	-	-	831.962
Instrumento de Dívida e Patrimônio	6.523.854	-	-	6.523.854	6.390.299	-	-	6.390.299
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.664.054	-	-	4.664.054	4.241.968	-	-	4.241.968
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	496.414	-	-	496.414	696.751	-	-	696.751
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	108.881	-	-	108.881	131.433	-	-	131.433
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	63.592	-	-	63.592	70.889	-	-	70.889
Debêntures	495.157	-	-	495.157	518.199	-	-	518.199
Letras financeiras	695.753	-	-	695.753	731.056	-	-	731.056
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	6.773.852	2.051.280	377.793	9.202.925	6.042.090	1.567.871	336.055	7.946.016
Créditos a clientes	6.773.852	2.051.280	377.793	9.202.925	6.042.090	1.567.871	336.055	7.946.016
Riscos potenciais	60.191	234.080	187.117	481.388	41.970	159.270	170.429	371.669
Limites a clientes	60.191	234.080	187.117	481.388	41.970	159.270	170.429	371.669
Total	17.285.013	2.285.360	594.910	20.135.283	17.595.558	1.727.141	506.484	19.829.183
Exposição total	36.061.422	2.285.360	564.910	38.911.692	32.223.029	1.727.141	506.484	34.456.654
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(65.110)	(234.080)	(187.117)	(486.307)	(47.379)	(159.270)	(170.429)	(377.078)
(=) Exposição líquida	35.996.312	2.051.280	377.793	38.425.385	32.175.650	1.567.871	336.055	34.079.576

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/09/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	466.144	627.970
Cotas de fundos de investimento	466.144	627.970
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	21.570	33.943
Cotas de fundos de investimento	21.570	33.943

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e

- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e "cura"

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de "cura" que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Definição de inadimplência e "cura"

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (visão *forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/09/2023	31/12/2022
A	589.602	626.412
B	1.270.997	921.962
C	1.819.878	1.829.155
D	1.510.143	1.221.719
E	1.776.545	1.542.814
F	2.235.759	1.803.954
Total	9.202.925	7.946.016

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.42 % a.m
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.37% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.42% a.m
	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.a.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de setembro de 2023, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa física – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,8779%	0,00%
	Piora 1%	1,8786%	0,04%
	Melhora 1%	1,8771%	-0,04%
Pessoa física – crédito consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,4513%	0,00%
	Piora 1%	1,4519%	0,04%
	Melhora 1%	1,4508%	-0,04%
Pessoa física – produtos parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	5,6646%	0,00%
	Piora 1%	5,6653%	0,01%
	Melhora 1%	5,6640%	-0,01%
Pessoa jurídica – produtos rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6714%	0,00%
	Piora 1%	1,6722%	0,05%
	Melhora 1%	1,6706%	-0,05%
SELIC	Base	1,6714%	0,00%
	Piora 1%	1,6737%	0,14%
	Melhora 1%	1,6691%	-0,14%
Pessoa jurídica – produtos parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,6228%	0,00%
	Piora 1%	3,6377%	0,41%
	Melhora 1%	3,6080%	-0,41%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;

Avaliação da liquidez intradia;

Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;

Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;

Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;

Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;

Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também "Testes de Estresse de Liquidez", que utilizam:

Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;

Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;

Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/09/2023				31/12/2022			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	61.313.582	11.974.645	10.957.677	38.381.260	37.871.585	10.635.161	2.921.988	24.314.436
Passivos não Derivativos	43.996.266	25.052.640	2.416.640	16.526.986	35.221.021	22.719.379	485.342	12.016.300
Depósitos de Instit. Financeiras	14.670.030	14.472.514	197.516	-	14.086.053	13.948.084	137.969	-
Depósitos de Clientes	28.450.338	9.932.442	1.994.482	16.523.414	20.636.386	8.502.694	128.318	12.005.374
Emissão de Títulos	636.868	430.316	206.552	-	356.122	148.195	207.927	-
Outros passivos financeiros	239.030	217.368	18.090	3.572	142.460	120.406	11.128	10.926

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (Trading) e regulatória (posições da carteira Trading mais as exposições

em moedas estrangeiras e commodities da carteira Banking) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (Value at Risk - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, commodities e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (Trading) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (Banking) é apurado pela abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR Trading) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income – NII):

	30/09/2023			31/12/2022				
	Mínimo	Média	Máximo	30/09/2023	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	-	6	119	119	1	3.306	10.209	1
VaR Trading	865	1.185	2.925	2.925	1.859	4.394	11.270	2.235
Banking (ΔEVE)	434.679	443.522	459.065	434.679	361.838	366.088	370.750	370.750
VaR Global	40.878	57.504	80.582	80.582	54.231	138.132	198.229	161.934

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	607	-	-	607
Total	607	-	-	607
Posição Líquida	607	-	-	607

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como, taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (Trading) e da carteira bancária (Banking) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de dezembro.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/09/2023			31/12/2022		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(3.626)	(90.026)	(178.921)	(3.455)	(85.805)	(170.015)
IPCA	(1.412)	(34.290)	(66.843)	(1.302)	(31.525)	(61.327)
Dólar	(8)	(199)	(398)	(7)	(169)	(339)
Euro	-	-	-	-	(6)	(12)
Libra Esterlina	-	-	-	-	(1)	(3)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras Trading e Banking analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificados contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira Trading e Banking submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/09/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	18.754.840	14.627.472
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	405.765	617.770
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	607	708

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(400)	(9.397)	(17.664)
Índices de Preços	(357)	(7.916)	(14.096)
Moedas	(8)	(199)	(398)
Fundos	(1.062)	(26.535)	(53.069)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo

observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Circular n.º 3.644/2013 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao período findo em 30 de setembro de 2023, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/09/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado	2.178.699	2.035.292
(-) Redução Ajustes Prudenciais	206.163	177.499
Ativos Intangíveis	206.163	177.499
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.972.536	1.857.793
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	10.684.855	10.554.610
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.198.795	1.732.855
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	32.539	131.072
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	12.916.189	12.418.537
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	181.656	183.097
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	15,27%	14,96%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	434.679	370.750

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Período por Segmento
Em 30 de setembro de 2023:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.047.095	17.921	-	1.065.016
Resultado de Prestação de Serviços (1)	157.861	(24.186)	(5.298)	128.377
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(616)	-	-	(616)
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	113.894	(105)	113.789
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	(234.489)	(3)	-	(234.492)
Despesas de Pessoal (1)	(331.359)	(22.396)	-	(353.755)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	83	12.595	-	12.678
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	77.246	-	(77.246)	-
Provisões	(24.638)	(622)	-	(25.260)
Despesas Tributárias	(72.324)	(9.631)	-	(81.955)
Outras Despesas Administrativas (2)	(234.194)	(11.138)	5.473	(239.859)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(25.345)	1.772	16	(23.557)
Resultado Antes dos Impostos	359.382	78.206	(77.160)	360.428
Impostos Correntes e Diferidos	(76.199)	(28.089)	-	(104.288)
Resultado Líquido do Período	283.183	50.117	(77.160)	256.140
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	283.183	50.117	77.160	256.140
Total do Ativo	41.787.401	297.003	(398.917)	41.685.487
Passivo	39.560.646	126.670	(108.361)	39.578.955

Em 30 de setembro de 2022:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	861.778	16.695	15	878.488
Resultado de Prestação de Serviços (1)	195.760	(14.233)	(4.702)	176.825
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	-	32	(185)	-153
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	46.919	-	-	46.919
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	80.169	(140)	80.029
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	67	0	-	67
Resultado de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	(125.480)	(6)	-	(125.486)
Despesas de Pessoal (1)	(310.602)	(20.260)	-	(330.862)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	85	9.670	-	9.755
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	58.760	-	(58.760)	-
Provisões	(39.919)	(114)	-	(40.033)
Despesas Tributárias	(67.084)	(8.515)	0	(75.599)
Outras Despesas Administrativas (2)	(212.840)	(10.292)	5.375	(217.757)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(5.096)	2.072	(533)	(3.557)
Resultado Antes dos Impostos	402.348	55.218	(58.930)	398.636
Impostos Correntes e Diferidos	(115.396)	(19.761)	-	(135.157)
Resultado Líquido do Período	286.952	35.457	(58.930)	263.479
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	286.952	35.457	(58.930)	263.479
Total do Ativo	38.981.669	258.497	(294.970)	38.945.196
Passivo	36.966.142	117.153	(96.378)	36.986.917

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBl e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

 Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou
 37

indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/09/2023			31/12/2022		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	466.144	466.144	-	627.970	627.970
Cotas de Fundos de Investimento	-	466.144	466.144	-	627.970	627.970
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	17.191.594	1.584.817	18.776.411	14.137.097	490.374	14.627.471
Cotas de Fundos de Investimento	-	21.571	21.571	-	33.943	33.943
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	17.191.594	-	17.191.594	12.702.758	-	12.702.758
Letras Financeiras	-	56.785	56.785	-	277.954	277.954
Debêntures	1.427.543	78.918	1.506.461	1.434.339	178.477	1.612.816

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	30/09/2023				31/12/2022			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	6.520.349	6.404.275	5.185.713	1.218.562	6.386.906	6.307.400	5.147.613	1.159.787
Créditos a Inst. Financeiras	3.925.704	3.925.704	-	3.925.703	5.119.183	5.119.183	-	5.119.183
Empréstimos e Recebíveis	8.721.535	8.721.535	-	8.721.536	7.574.347	7.574.347	-	7.574.347
Depósitos de Clientes (1)	22.524.817	22.524.817	-	22.524.817	20.180.304	20.180.304	-	20.178.552
Recursos de Inst.Financeiras(2)	14.710.240	14.710.240	-	14.710.240	12.573.327	12.573.327	-	12.573.327
Títulos de Dívida Emitidos	621.042	621.042	-	621.042	417.257	417.257	-	417.257

Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2023	31/12/2022
Disponibilidades	195.165	177.015
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	3.007.163	4.289.237
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	843.969	942.032
Letras do Tesouro Nacional - LTN	579.998	1.235.281
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.583.196	2.111.924
Total	3.202.328	4.466.252

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/09/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	760.813	147.825
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	839.828	735.908
Pagamentos Instantâneos – PIX	Sem Remuneração	54.947	54.796
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	4.854	47.247
Total		1.660.442	985.776

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
a. Classificação

Categoria/Papel	30/09/2023						Total
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	60.380	35.085	27.822	149.505	162.921	30.431	466.144
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	60.380	35.085	27.822	149.505	162.921	30.431	466.144
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	21.571	13.634	163.830	3.137.259	4.601.686	10.829.303	18.767.283
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	13.875	2.605.909	3.877.916	10.693.894	17.191.594
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	13.640	22.058	21.087	-	-	56.785
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	21.571	-	-	-	-	-	21.571
Debêntures	-	-	128.002	511.848	726.088	140.523	1.506.461
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(6)	(105)	(1.585)	(2.318)	(5.114)	(9.128)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	3.062.866	4.129.685	2.330.925	429.209	493.368	10.446.054
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	3.016.631	3.263.889	1.428.170	265.531	302.191	8.276.512
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	47.525	779.719	759.051	29.412	-	1.615.707
Debêntures	-	-	88.010	137.826	134.470	134.851	495.157
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	194	-	6.938	-	56.460	63.592
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.484)	(1.933)	(1.060)	(204)	(237)	(4.917)

31/12/2022							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	10.200	3.978	106.470	269.306	88.687	149.329	627.970
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	10.200	3.978	106.470	269.306	88.687	149.329	627.970
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	33.943	396.758	293.521	2.566.572	1.022.485	10.307.347	14.620.626
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	209.652	-	2.383.978	24.340	10.084.788	12.702.758
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	174.601	62.413	30.800	10.140	-	277.954
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.943	-	-	-	-	-	33.943
Debêntures	-	12.692	231.246	152.998	988.486	227.394	1.612.816
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(187)	(138)	(1.204)	(481)	(4.835)	(6.845)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	4.585.670	761.070	4.810.778	861.096	487.476	11.506.089
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	4.487.548	28.519	3.888.933	646.901	307.488	9.359.389
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	100.297	699.984	736.225	26.512	-	1.563.018
Debêntures	-	-	32.468	181.500	188.090	116.141	518.199
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	436	6.379	-	64.074	70.889
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(2.175)	(337)	(2.259)	(407)	(230)	(5.409)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo Anterior	Ganho	Perda	Impostos	Saldo	Saldo
		Não Realizado			30/09/2023	30/09/2022
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(11.033)	23.607	(6.064)	(7.343)	(833)	(9.841)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(9.128)	-	-	(9.128)	(6.845)	-	-	(6.845)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(7.982)	-	-	(7.982)	(5.775)	-	-	(5.775)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(84)	-	-	(84)	(181)	-	-	(181)
Debêntures	(1.035)	-	-	(1.035)	(758)	-	-	(758)
Letras Financeiras	(27)	-	-	(27)	(131)	-	-	(131)
Total	(9.128)	-	-	(9.128)	(6.845)	-	-	(6.845)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2023				31/12/2022			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(1.857)	-	-	(1.857)	(2.407)	-	-	(2.407)
Aplicações no Mercado Aberto	(1.413)	-	-	(1.413)	(2.016)	-	-	(2.016)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(444)	-	-	(444)	(391)	-	-	(391)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(3.060)	-	-	(3.060)	(3.002)	-	-	(3.002)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(2.192)	-	-	(2.192)	(1.993)	-	-	(1.993)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(223)	-	-	(223)	(326)	-	-	(326)
Títulos Públicos Federais - CVS	(51)	-	-	(51)	(62)	-	-	(62)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(30)	-	-	(30)	(33)	-	-	(33)
Debêntures	(233)	-	-	(233)	(244)	-	-	(244)
Letras Financeiras	(331)	-	-	(331)	(344)	-	-	(344)
Total	(4.917)	-	-	(4.917)	(5.409)	-	-	(5.409)

d. Movimentação do Impairment dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de setembro de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	-	-	(6.845)
Novos ativos financeiros originados	5.972	-	-	(5.972)
Estorno de provisão de operações liquidadas	(7.832)	-	-	(7.831)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(423)	-	-	(424)
Saldos em 30 de setembro de 2023	(9.128)	-	-	(9.128)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.407)	-	-	(2.407)
Novos ativos financeiros originados	(1.631)	-	-	(1.631)
Estorno de provisão de operações liquidadas	1.996	-	-	1.996
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	185	-	-	185
Saldos em 30 de setembro de 2023	(1.857)	-	-	(1.857)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.002)	-	-	(3.002)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.290	-	-	2.290
Estorno de provisão de operações liquidadas	(2.174)	-	-	(2.174)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(174)	-	-	(174)
Saldos em 30 de setembro de 2023	(3.060)	-	-	(3.060)

Em 31 de dezembro de 2022:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(3.160)	-	-	(3.160)
Novos ativos financeiros originados	(4.953)	-	-	(4.953)
Estorno de provisão de operações liquidadas	919	-	-	919
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	349	-	-	349
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	-	-	(6.845)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(5.789)	-	-	(5.789)
Novos ativos financeiros originados	(20.500)	-	-	(20.500)
Estorno de provisão de operações liquidadas	23.906	-	-	23.906
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(24)	-	-	(24)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.407)	-	-	(2.407)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(2.826)	-	-	(2.826)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	(456)	-	-	(456)
Novos ativos financeiros originados	(1.448)	-	-	(1.448)
Estorno de provisão de operações liquidadas	763	-	-	763
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	965	-	-	965
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.002)	-	-	(3.002)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/09/2023	31/12/2022
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	108.333	98.531
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	108.333	98.531
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	135.176	126.119
Títulos de Renda Fixa - Públicos	135.176	126.119

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/09/2023			31/12/2022		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	630.026	39.828	590.198	556.640	29.563	527.077
Crédito comercial	2.619.095	225.214	2.393.881	2.539.855	173.231	2.366.624
Imobiliário	2.050.106	48.487	2.001.619	1.385.465	29.324	1.356.141
Industrial	1.711	20	1.691	3.987	122	3.865
Leasing Financeiro	-	-	-	2	-	2
Pessoal	3.214.685	76.991	3.137.694	2.857.993	48.875	2.809.118
Renegociação	270.949	80.307	190.642	259.568	84.895	174.673
Rural	416.352	10.542	405.810	342.506	5.659	336.847
Total	9.202.924	481.389	8.721.535	7.946.016	371.669	7.574.347

Movimentação do Impairment

Em 30 de setembro de 2023:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022	41.970	159.270	170.429	371.669
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(7.879)	54.698	-	46.819
Estágio 1 para o Estágio 3	(892)	-	39.973	39.081
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(15.572)	62.910	47.338
Estágio 2 para o Estágio 1	3.109	(32.000)	-	(28.891)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	2.061	(11.454)	(9.393)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.089	-	(11.882)	(10.793)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	19.121	108.131	22.895	150.147
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	9.533	(19.433)	(6.461)	(16.361)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(5.860)	(23.074)	(79.293)	(108.227)
Total dos movimentos com impactos no resultado	60.191	234.081	187.117	481.389
Perda Esperada em 30 de setembro de 2023	60.191	234.081	187.117	481.389

Em 31 de dezembro de 2022:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2021	45.674	200.389	123.115	369.178
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.195)	31.002	-	24.807
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.816)	-	42.308	40.492
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(23.799)	55.468	31.669
Estágio 2 para o Estágio 1	4.300	(56.389)	-	(52.089)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	2.055	(8.900)	(6.845)
Estágio 3 para o Estágio 1	62	-	(4.114)	(4.052)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	18.631	79.964	40.366	138.961
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(14.086)	(55.955)	(2.931)	(72.972)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(4.600)	(17.997)	(74.883)	(97.480)
Total dos movimentos com impactos no resultado	41.970	159.270	170.429	371.669
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022	41.970	159.270	170.429	371.669

Composição por vencimento

	30/09/2023	31/12/2022
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	9.202.924	7.946.016
Prestações Vencidas	95.436	83.011
A partir de 15 dias	95.436	83.011
Prestações a Vencer	9.107.488	7.863.005
Até 90 dias	1.024.789	922.044
De 91 a 360 dias	1.822.258	1.758.088
Acima de 360 dias	6.260.441	5.182.873

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS
12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/09/2023		30/09/2022	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	430.215	430.215	410.676	410.676
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(107.554)	(86.043)	(102.669)	(82.135)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	23.807	19.046	20.534	16.558
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.998	13.934	13.344	10.060
Adições (exclusões) de caráter permanente	(4.530)	(768)	(7.327)	(1.962)
Adições (exclusões) de caráter temporário	6.675	5.324	(13.703)	(10.941)
Total dos Valores Devidos	(67.604)	(48.507)	(89.821)	(68.420)
Realização da Reserva de Reavaliação	46	41	27	22
Incentivos Fiscais	2.382	-	2.509	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(65.176)	(48.466)	(87.285)	(68.398)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(1.262)	(994)	556	457
Ativo Fiscal Diferido	6.314	5.290	12.277	7.210
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil	6	-	26	-
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.118)	(44.170)	(74.426)	(60.731)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 28,93% e 33,90% para o acumulado de nove meses de 2023 e 2022, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2023	Saldo em 30/09/2022
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias					-
Provisão para Devedores Duvidosos	203.678	135.657	(118.123)	221.212	214.341
Ações Trabalhistas	28.501	16.984	(15.320)	30.165	26.785
Ações Cíveis	29.974	3.197	(4.544)	28.627	30.516
Contingências Fiscais	24.318	2.447	(7.458)	19.307	23.230
Outras Contingências	13.950	14.148	(11.320)	16.778	17.191
Ajustes de IFRS*	(2.131)	31.078	(32.833)	(3.886)	(2.506)
Total de Adições Temporárias	298.290	203.510	(189.597)	312.203	309.557
Crédito Tributário Não Corrente	943	309	(72)	1.180	1.174
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	299.233	203.818	(189.669)	313.383	310.731
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	14.305	36.632	(37.338)	13.600	14.233
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	14.305	36.632	(37.338)	13.600	14.233
Total Geral dos Créditos Tributários	313.538	240.451	(227.007)	326.983	324.964
Total dos Créditos Tributários Ativados	313.538	240.451	(227.007)	326.983	324.964

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2023	Saldo em 30/09/2022
Refletidos no Resultado					
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	6	-	(6)	-	84
Diferenças Temporárias	16.473	2.139	117	18.729	16.294
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	8.535	11.824	(1.484)	18.875	7.350
Reserva de Reavaliação de Imóveis	653	-	(87)	566	672
Total Geral dos Débitos Tributários	25.667	13.963	(1.460)	38.170	24.400

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2023	56.648	45.547	-	-	102.195
2024	69.998	55.997	-	-	125.995
2025	38.960	30.947	-	-	69.907
2026	2.448	1.959	-	-	4.407
2027	4.106	3.284	-	-	7.390
2028 a 2032	9.494	7.594	-	-	17.089
Total	181.653	145.328	-	-	326.982
Valor Presente	161.673	129.375	-	-	291.048
Valor Presente em 30/09/2022	151.461	122.772	-	-	274.233

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2023	31/12/2022
Depósitos Judiciais dados em Garantia	196.765	194.603
Depósitos Trabalhistas	42.867	50.607
Depósitos Cíveis	52.234	47.636
Depósitos Fiscais (Nota 20)	100.097	94.895
Depósitos de Sinistros	1.166	1.068
Outros Depósitos	401	397
Impostos e Contribuições a Compensar	8.795	21.671
Pagamentos a Ressarcir	20.086	18.002
Serviços Prestados a Receber	2.935	3.544
Adiantamentos e Antecipações Salariais	11.923	5.405
Adiantamentos para Pagamentos	24.578	26.441
Arrendamentos Operacionais a Receber	27	159
Despesas Antecipadas	94.212	12.471
Participações Pagas Antecipadamente	17.218	16.222
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	153.597	115.219
Devedores Diversos - País	106.299	100.630
Despesa de Comercialização Diferidas	-	-
Outros Ativos	5.008	6.177
Total	641.443	520.544

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/09/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras		153.597	115.179
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	27.153	118
Sistema Financeiro da Habitação		119.427	111.360
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	2.829	1.699
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	128.312	121.375
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.017	3.701
Relações Interdependências		-	40
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		153.597	115.219

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2023	31/12/2022
Custo de aquisição		
Saldo no Início do Período	62.431	72.175
Aquisições	21.655	20.580
Alienações / Baixas	(21.945)	(30.324)
Transferências	-	-
Total	62.141	62.431
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Período	(834)	(1.036)
Desvalorização	(435)	(50)
Baixas / Alienações	92	252
Transferências	-	-
Total	(1.177)	(834)
Resultado Líquido	60.964	61.597

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2022	11.199	42.971	29.031	104.130	20.896	7.351	144.610	360.188
Aquisições	-	8.837	6.656	9.058	35.278	328	16.472	76.629
Alienações/ Baixas	(551)	(471)	(354)	(10.191)	(32.024)	(16)	(11.617)	(55.224)
Transferências	-	-	(3.159)	3.036	123	-	-	-
Saldo Final em 30/09/2023	10.648	51.337	32.174	106.033	24.273	7.663	149.465	381.593
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	(5.602)	(24.215)	(16.777)	(87.112)	(10.472)	(4.999)	(58.709)	(207.886)
Depreciação do Período	(134)	(2.897)	(1.127)	(5.364)	(1.456)	(619)	(18.322)	(29.919)
Baixas/Alienações	419	437	335	10.186	266	12	8.458	20.113
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final em 30/09/2023	(5.317)	(26.675)	(17.569)	(82.290)	(11.662)	(5.606)	(68.573)	(217.692)
Saldo Líquido Final em 30/09/2023	5.331	24.662	14.605	23.743	12.611	2.057	80.892	163.901
Saldo Líquido em 31/12/2022	5.597	18.756	12.254	17.018	10.424	2.352	85.901	152.302

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2022	139.537	9.634	109.460	51.966	310.597
Aquisições	1.054	2.518	24.786	29.975	58.333
Alienações / Baixas	(7)	(25)	(39)	(1.168)	(1.239)
Transferências	23.189	-	(2.685)	(20.504)	-
Saldo Final em 30/09/2023	163.773	12.127	131.522	60.269	367.691
Depreciação e Perdas por Impairment					
Saldo em 31/12/2022	(68.824)	(6.314)	(54.025)	-	(129.163)
Amortização do Período	(13.440)	(576)	(15.618)	-	(29.634)
Baixas / Alienações	4	26	-	-	30
Transferências	(2.527)	-	2.527	-	-
Saldo Final em 30/09/2023	(84.787)	(6.864)	(67.116)	-	(158.767)
Perdas por Impairment					
Saldo em 31/12/2022	(4)	-	-	(1.168)	(1.172)
Baixas / Alienações	4	-	-	1.168	1.172
Saldo Final em 30/09/2023					
Saldo Líquido Final em 30/09/2023	78.986	5.263	64.406	60.269	208.924
Saldo Líquido em 31/12/2022	70.709	3.320	55.435	50.798	180.262

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2022
No País:	14.710.240	12.573.327	-	-
Depósitos à Vista	6.019	1.711	-	-
Operações Compromissadas	14.368.321	12.279.787	13,5% e 13,65% a.a	13,5% e 13,65% a.a
Obrigações por Repasses:	84.068	52.446	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	82.480	48.845	-	-
BNDES	12	30	-	-
Finame	1.576	3.565	-	-
Outras Instituições	-	6	-	-
Depósitos Interfinanceiros	251.832	239.383	11,70% e 12,65% a.a	10,00% e 13,65% a.a
Total	14.710.240	12.573.327	-	-
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	6.019	1.711	-	-
Exigível a Prazo	14.704.221	12.571.616	-	-
Até 90 dias	14.444.611	12.400.981	-	-
De 91 a 360 dias	254.639	160.449	-	-
Acima de 360 dias	4.971	10.186	-	-
Total	14.710.240	12.573.327	-	-

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2022
Depósitos à Vista	1.189.950	1.421.310	-	-
Depósitos a Prazo	17.145.943	14.563.078	-	-
Depósitos de Poupança	4.188.924	4.195.916	0,56% e 0,72% a.a	0,61% e 0,75% a.a
Outros	-	-	-	-
Total	22.524.817	20.180.304	-	-
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.449.076	9.542.033	-	-
Exigível a Prazo	13.067.121	10.638.271	-	-
Até 90 dias	55.807	43.406	-	-
De 91 a 360 dias	224.189	146.265	-	-
Acima de 360 dias	12.787.125	10.448.600	-	-
Total	22.516.197	20.180.304	-	-

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2023	31/12/2022	Taxas mínimas e máximas 30/09/2023	Taxas mínimas e máximas 30/09/2022
Letras de Crédito Imobiliário	276.697	176.187	80,00% e 92,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Letras de Agronegócio	344.345	241.070	80,00% e 92,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Total	621.042	417.257	-	-
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	215.450	198.318	-	-
De 91 a 360 dias	405.592	218.898	-	-
Acima de 360 dias	-	41	-	-
Total	621.042	417.257	-	-

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/09/2023					30/09/2022				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo no Início do Período	63.343	66.709	54.302	270	184.624	55.716	65.028	52.558	260	173.562
Constituições/Atualizações	37.770	7.302	5.444	228	50.744	23.975	7.352	10.477	870	42.674
Pagamentos/Reversões	34.078	10.276	16.481	282	61.117	(20.507)	(4.476)	(11.313)	(808)	(37.104)
Saldo no Final do Período	67.035	63.735	43.265	216	174.251	59.184	67.904	51.722	322	179.132

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência da Resolução 696, foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 30 de setembro de 2023, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 67.035 sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 38.673 e em depósito recursal a importância de R\$ 4.194.

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causarem impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Destas ações, 17,57% tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos. O restante, 82,43% envolve ações que tramitam perante a Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	30/09/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	13.150	56.513	9.621	53.713
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	24.216	40.246	38.013	38.013
Honorários - Diversas Ações	5.304	-	6.073	-
Outros	595	3.338	595	3.169
Total	43.265	100.097	54.302	94.895

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Objetiva-se com o questionamento judicial a dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro.

f. Passivos Contingentes Classificados como Chances de Êxitos e Riscos de Perdas Possíveis

O SFB mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no pólo ativo e risco de perda quando figurar no pólo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes avaliados como chances de êxitos e riscos de perdas possível, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 32.223.

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 390.037 sendo que as mais relevantes representam R\$ 78.273.

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 20.749 referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2023	31/12/2022
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	85.738	90.430
Impostos a Recolher	34.454	43.836
Obrigações por Aquisição de Bens	28.640	40.554
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	118.372	134.854
Obrigações Sociais e Estatutárias	24.092	77.597
Operações de Cartões de Crédito	21.056	36.340
Pagamentos a Efetuar	97.953	69.504
Receita Diferida	7.165	6.150
Recursos em Trânsito de Terceiros	9.672	37.002
Relações Interfinanceiras	542.849	420.817
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	13	34
Credores por Recursos a Liberar	180.677	132.053
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	139.185	46.306
Obrigações por Transações de Pagamentos	224	28.753
Obrigações por Convênios Oficiais	26.859	22.155
Outros Passivos	107.131	98.023
Total	1.424.080	1.284.408
Total Passivo Circulante	1.336.801	1.186.607
Total Passivo Não Circulante	87.279	97.801

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/09/2023	31/12/2022
até 1 ano	24.820	26.407
de 1 ano a 5 anos	53.822	57.209
acima de 5 anos	7.096	6.814
Total	85.738	90.430

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em setembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2022	8.691	5.608	14.299
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	145.675	121.229	266.904
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(33.276)	(21.265)	(54.541)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(345)	-	(345)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	31.205	25.657	56.862
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(153.511)	(119.320)	(272.831)
Saldo Final em 30/09/2023	(1.561)	11.909	10.348

Em dezembro de 2022:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2021	6.386	1.311	7.697
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	155.013	142.075	297.088
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.202)	(25.428)	(72.630)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(246)	-	(246)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	40.961	22.017	62.978
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(146.220)	(134.367)	(280.587)
Saldo Final em 31/12/2022	8.692	5.608	14.300

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos
Em setembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2022	8.902
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	5.553
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(11.807)
Saldo Final em 30/09/2023	2.648

Em dezembro de 2022:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2021	8.408
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	6.573
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(6.079)
Saldo Final em 31/12/2022	8.902

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro
Em setembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	32.975	19.329	52.304
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(2.943)	(1.185)	(4.128)
Saldo Final Ajustado	30.032	18.144	48.176

Em dezembro de 2022:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.434	17.895	51.329
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(151)	111	(40)
Saldo Final Ajustado	33.283	18.006	51.289

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	389.532	1.149.004
Créditos a Instituições Financeiras	79.305	94.772
Empréstimos e Recebíveis	1.067.855	848.783
Títulos de Investimento	2.267.726	1.306.163
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	34.884	56.019
Outras Receitas Financeiras	6.938	5.990
Total	3.846.240	3.460.731
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.210.992)	(1.201.787)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.569.229)	(1.379.373)
Depósitos Especiais	(465)	(418)
Outras Despesas Financeiras	(538)	(665)
Total	(2.781.224)	(2.582.243)
Margem Financeira	1.065.016	878.488

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	86.897	86.434
Cartões de Crédito/ Débito	39.767	50.125
Administração de Fundos de Investimentos	21.091	43.114
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	20.145	7.673
Arrecadações e Convênio	20.240	19.642
Transferencia de Fundos e Recursos	10.636	13.923
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	11.633	11.619
Cobrança	11.534	11.196
Corretagem de seguros	16.940	11.013
Taxa de Gestão de Fundos de Investimentos	-	6.028
Serviços de Custódia	586	93
Outras Receitas de Prestação de Serviços	9.175	2.828
Total	248.644	263.688
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(69.210)	(53.770)
Cartões de Crédito	(24.628)	(19.852)
Correspondente Bancário	(15.074)	(16.055)
Informação Cadastral	(2.878)	(2.559)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(26.630)	(15.304)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(22.231)	(12.542)
Despesas de Corretagem de Seguros	(14.914)	(10.951)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(3.565)	(2.926)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(10.347)	(6.674)
Total	(120.267)	(86.863)
Resultado Líquido	(128.377)	176.825

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	0
Fundos de Investimento	-	714
Outros	-	429
Total	-	1.143
Despesas		
Instrumento de Dívidas	(616)	(2)
Outros	-	(580)
Total	(616)	(582)
Resultado Líquido	(616)	561

26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	46.919
Total	-	46.919
Despesas		
Despesas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	-	46.919

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDENCIA

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	161.098	98.304
Pessoas	111.291	99.096
Total	272.389	197.400
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(106.789)	(67.956)
Pessoas	(51.811)	(49.415)
Total	(158.600)	(117.371)
Resultado de Seguros e Previdência	113.789	80.029

28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas		
Operação de Câmbio - Exportação	-	-
Operação de Câmbio - Outros	-	-
Variação Cambial	162	772
Total	162	772
Despesas		
Operação de Câmbio - Outros	-	(2)
Variação Cambial	(100)	(703)
Total	(100)	(705)
Resultado Líquido	62	67

29. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	99.147	55.253
Total	99.147	55.253
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(331.847)	(179.344)
Outras Provisões	(1.792)	(1.395)
Total	(333.639)	(180.739)
Resultado Líquido	(234.492)	(125.486)

30. DESPESAS DE PESSOAL

	30/09/2023	30/09/2022
Salários	(198.491)	(185.908)
Encargos Sociais Obrigatórios	(65.237)	(59.357)
Benefícios	(58.290)	(51.918)
Participações Estatutárias no Lucro	(23.783)	(27.231)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(5.404)	(4.933)
Treinamento	(1.793)	(1.002)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(275)	(237)
Remuneração do Conselho Fiscal	(482)	(276)
Total	(353.755)	(330.862)

31. PROVISÕES

	30/09/2023	30/09/2022
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	9.658	1.664
Reversão de Provisões Fiscais	15.556	91
Reversão de Provisões Outras	270	808
Total	25.484	2.563
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(37.770)	(23.976)
Contingências Cíveis	(7.302)	(7.284)
Contingências Fiscais	(5.444)	(10.465)
Contingências Outras	(228)	(871)
Total	(50.744)	(42.596)
Resultado das Provisões	(25.260)	(40.033)

32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/09/2023	30/09/2022
Contribuição ao Cofins	(57.293)	(50.882)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(13.345)	(13.899)
Contribuição ao PIS/PASEP	(9.395)	(8.337)
IPTU	(1.184)	(1.175)
Outras	(738)	(1.306)
Total	(81.955)	(75.599)

33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/09/2023	30/09/2022
Depreciações e Amortizações	(59.553)	(61.405)
Serviços Técnicos Especializados	(37.866)	(31.963)
Processamento de Dados	(34.344)	(29.319)
Segurança e Vigilância	(17.720)	(16.666)
Manutenção e Conservação de Bens	(18.193)	(16.200)
Comunicação	(10.907)	(9.880)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(18.521)	(12.549)
Transporte	(10.075)	(11.483)
Água, Energia e Gás	(4.609)	(4.985)
Serviços de Terceiros	(10.131)	(8.500)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(3.466)	(2.964)
Viagens	(1.278)	(1.129)
Materiais	(1.337)	(1.450)
Aluguéis(1)	(3.287)	(2.330)
Seguros	(179)	(133)
Contribuições Filantrópicas	(377)	(86)
Outras Despesas Administrativas	(8.016)	(6.715)
Total	(239.859)	(217.757)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/09/2023	30/09/2022
Outras Receitas		
Ganho de Capital	571	-
Recuperação de Encargos e Despesas	567	1.267
Atualizações Monetárias	11.597	11.815
Depósitos Judiciais	11.456	11.815
Outras Atualizações	141	-
Receitas de Aluguéis	-	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	101	-
Reversão de Provisões Operacionais	5.004	4.297
Receitas de Tombamento	-	18.800
Variações Cambiais Ativas	203	274
Variações Cambiais Inversas	1	171
Outras Receitas Operacionais	1.230	1.464
Outras Rendas Não Operacionais	837	972
Total	20.111	39.060
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(16.807)	(15.647)
Despesas com Cartões	(5.292)	(6.657)
Perda de Capital	-	545
Ressarcimento de Custos	(5.157)	(5.550)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(17)	(1.015)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(5.483)	(3.321)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(1.873)	(1.052)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.185)	(941)
Despesa com Processos Cíveis	(388)	(470)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.150)	(1.077)
Despesa com Regulação de Seguros	(604)	(810)
Variações Monetárias Passivas	(19)	(37)
Variações Cambiais Passivas	(333)	(473)
Variações Cambiais Inversas	(1)	(168)
Outras Despesas Operacionais	(5.169)	(5.767)
Outras Despesas Não Operacionais	(190)	(177)
Total	(43.668)	(42.617)
Resultado Líquido	(23.557)	(3.557)

35. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de setembro de 2023 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 256.140 (R\$ 263.479 em 2022), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,81 em 30 de setembro de 2023 e R\$ 0,83 em 30 de setembro de 2022.

36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/09/2023	30/09/2022
Base de Cálculo:		
Lucro do Período BRGAAP	280.921	258.616
Reserva Legal	(13.985)	(12.870)
Base de cálculo	266.936	245.746
Total Dividendos e JSCP do Período	95.228	82.138

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no exercício findo em 30 de setembro de 2023 no montante de R\$ 95.228 (R\$ 82.138 em 2022), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 694 (R\$ 582 em 2022), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 94.534 (R\$ 81.556 em 2022), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos semestres de 2023 e 2022:

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	21.000	(152)	20.848	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2023	32.228	(236)	31.992	0,102014380
Total Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Período	74.228	(541)	73.687	0,234962434
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/23	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	95.228	(694)	94.534	0,301436461

	Valor Bruto Provisionado/Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2022	19.500	(141)	19.359	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2022	19.500	(137)	19.363	0,061725882
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2022	23.638	(167)	23.471	0,074825803
Total Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos do Período	62.638	(445)	62.193	0,198277567
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/22	19.500	(137)	19.363	0,061725882
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	82.138	(582)	81.556	0,260003449

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 12 de dezembro de 2022, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2023. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (www.banestes.com.br/ri) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 16 de janeiro de 2023, em consonância com o item 5.2 da Política de Dividendos, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor bruto de R\$ 57.000 sendo R\$ 0,180429502 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

No dia 28 de junho de 2023, em consonância com o item 5.2 da Política de Dividendos, foi declarado pelo Conselho de Administração o pagamento intermediário de JCP referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2023, no valor bruto total de R\$ 32.228, sendo R\$ 0,10201438 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

A partir do segundo trimestre de 2022 a BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

	30/09/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	164.039	181.768
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	166.049	100.903
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.624.720	2.857.261
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	119.920	375.718
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	247.574	161.000
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	2.855.155	3.275.697
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	346.589	175.704
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	166.048	345.169
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	193.727	176.410
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	25.974	28.856
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.594	8.107
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	179.034	525.307
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	275.123	304.007
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	146.523	142.933
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	144.483	158.129
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	11.511	12.510
FUNSES FIC FIM	536.024	442.341
BANESTES Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	10.022	20.486
BANESTES Explorer Institucional Fundo de Investimento em Cotas de FI Renda Fixa Longo Prazo	9.943	-
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	10.026	-
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	10.032	-
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	10.024	-
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	10.511	-
Total	7.270.645	9.292.306

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29 de outubro de 2013, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30 de outubro de 2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto> e no endereço <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii/>.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/17, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/17.

No terceiro trimestre de 2023, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam R\$ 9.628 (R\$ 8.800 em 2022). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do Banco, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (*déficit*) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar.

Os exercícios encerrados em 31/12/2022 e 31/12/2021 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto, não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador em função da definição dada pelo IAS 19 com relação à contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de *superávit*, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do *superávit* apresentado nos planos de benefícios.

39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de setembro de 2023 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 139.901 (R\$ 75.894 em 2022).

Transação	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	30/09/2022
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(12.950)	(64.751)	-	-
Depósitos à Vista (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(35.338)	(8.358)	-	-
Depósitos a Prazo (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.578.542)	(6.200.848)	(649.892)	(592.972)
Demais Transações (3):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(462)	(588)
Companhia do Gás de Espírito Santo (**)	-	24.691	2.417	-
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (***)	114.819	-	4.414	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação de crédito de investimento para expansão das atividades da entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, realizada de acordo com taxas e prazos de mercado. Em 03/07/2023 foi assinado o contrato de Alienação da ES Gás.

(***) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/09/2023				30/09/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	661	4.788	579	274	603	4.249	299	243
Participação nos resultados	85	254	-	-	181	469	-	-
Benefícios pós-emprego	-	302	-	-	-	297	-	-
Totais:	746	5.344	579	274	784	5.015	299	243

40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimonio Líquido		Lucro Líquido	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	30/09/2022
BRGAAP	2.178.699	2.035.292	280.921	258.616
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(131.710)	(73.160)	(50.343)	11.869
Contratos de Arrendamento	(4.722)	(4.232)	(488)	(550)
Efeito Fiscal	61.199	34.490	23.016	(6.697)
Outros	3.066	30	3.034	241
IFRS	2.106.532	1.992.240	256.140	263.479
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	(72.167)	(42.872)	(24.781)	4.863

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 13 de novembro de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de novembro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Tasso de Macedo Lugon

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Davi Diniz de Carvalho
Eduardo José Zanoteli
Ivo Murcia
José Elias Feres de Almeida

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros
Sebastião José Balarini

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras, referente ao período findo em 30 de setembro de 2023, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2023

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

Sebastião José Balarini

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2023

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro Efetivo

Eduardo José Zanoteli
Conselheiro Efetivo

Ivo Murcia
Conselheiro Efetivo

José Elias Feres de Almeida
Conselheiro Efetivo

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 30 de setembro de 2023 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2023

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de
Finanças